

Parlamentares do agro querem derrubar apertado nas regras do CMN para o Proagro

Parlamentares ligados ao agronegócio querem derrubar o apertado nas regras fixadas pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) para conter o aumento dos gastos com o Proagro, programa de seguro rural bancado pelo governo federal.

A movimentação da banca do agro no Congresso já acendeu a luz amarela na área econômica do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e no BC (Banco Central), segundo pessoas a par do tema. O BC é o administrador do Proagro.

As mudanças nas regras foram adotadas para fechar brechas que elevaram, nos últimos anos, os gastos do governo com o programa e que levaram a irregularidades e até mesmo fraudes. O projeto de decreto legislativo 58, apresentado pelo deputado federal Heitor Schuch (PSB-RS), propõe sustar sete resoluções do CMN que, segundo o parlamentar, comprometem a efetividade do programa e afetam diretamente agricultores familiares. Essas resoluções definiram, em 2023 e 2024, regras mais rígidas para o direito ao seguro na esteira da explosão de gastos com essa política.

O Proagro indeniza perdas decorrentes de seca, chuva excessiva, geada ou granizo, grandes variações de temperatura, ventos fortes ou frios e doença ou praga sem método viável de controle ou prevenção. Os parlamentares querem criar um fundo específico para custear o socorro a longo prazo. Uma autoridade do governo disse, na condição do anonimato, que o projeto de decreto é um retrocesso contra vários avanços que foram feitos nas regras do Proagro - adotados, inclusive, por recomendação do TCU (Tribunal de Contas da União). Essa autoridade reconheceu que o governo terá trabalho para reverter esse movimento no Congresso.

Em 2020, o Tesouro Nacional desembolsou R\$ 2,5 bilhões (valores atualizados pela inflação), e esses gastos chegaram a R\$ 9,4 bilhões em 2023, ano em que o CMN começou a publicar as resoluções para aumentar o controle do seguro. Em 2024, com regras mais apertadas, ficou em R\$ 5,4 bilhões. A Lei Orçamentária Anual para 2025, aprovada no Congresso Nacional no dia 20 de março, prevê um orçamento de R\$ 5,784 bilhões para indenizações e restituições ligadas ao programa neste ano.



Senhores Acionistas:

Cumprindo disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e as Notas Explicativas, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas, para quaisquer esclarecimentos que desejarem.

Canoas, 25 de março de 2025.

A Diretoria

RELATÓRIO DA DIRETORIA

BALANÇOS PATRIMONIAIS ENCERRADOS EM 31/12/2024 e 31/12/2023

ATIVO	31/12/2024		31/12/2023		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2024		31/12/2023	
	Nota					Nota			
CIRCULANTE	99.142.032,67	66.483.079,55	CIRCULANTE	26.189.492,03	24.437.175,33				
Caixa e Equivalentes de Caixa	4 53.349.471,55	20.918.368,90	Fornecedores	1.505.484,41	1.625.387,42				
Clientes	5 24.495.176,91	20.088.832,45	Empréstimos Bancários	9.a 3.066.622,86	2.209.187,00				
Créditos com Consorciadas	3.618.519,41	3.277.567,44	Contribuição Social sobre o Lucro	1.338.930,04	145.925,74				
Cauções e Retenções Contratuais	35.215,84	32.850,00	Impostos a Pagar	10 6.098.609,16	5.404.586,58				
Impostos a Recuperar	6 2.493.356,66	4.023.756,72	Obrigações Sociais a Recolher	11 2.495.676,90	1.938.021,57				
Adiantamentos a Fornecedores	874.023,35	321.217,76	Salários a Pagar	2.513.990,52	3.000.434,38				
Outros Ativos Circulantes	7 4.096.515,97	7.581.753,09	Férias com Encargos a Pagar	5.553.913,03	6.063.665,96				
Contratos de Mútuos	9.924.940,60	9.924.940,60	Contratos de Mútuos	15.019,96	-				
Despesas Antecipadas	254.812,38	313.792,59	Financiamentos P/Aquisição Imobilizado	-	278.356,54				
NÃO CIRCULANTE	62.683.500,35	58.522.365,91	Impostos Parcelados	1.478.724,84	1.536.271,76				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.263.118,12	1.500.521,27	Outros Passivos Circulantes	2.122.520,31	2.235.338,38				
Depósitos Judiciais	952.391,22	1.123.198,22	NÃO CIRCULANTE	22.660.194,46	9.217.596,04				
Juros Diferidos	203.354,75	269.950,90	Empréstimos Bancários	9.b 14.193.092,28	2.047.198,13				
Aplicações Financeiras	107.372,15	107.372,15	Dividendos Propostos/Juros s/Capital Próprio	8.223.412,51	5.576.815,81				
INVESTIMENTOS	3.2 54.681.614,02	50.495.957,09	Impostos Parcelados	243.689,67	1.593.582,10				
Participações em Empresas	1.898,24	1.898,24	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	112.975.846,53	91.350.674,09				
Participações em Outras Empresas	41.555.497,13	37.456.997,14	CAPITAL SOCIAL	83.000.000,00	73.000.000,00				
Outros Investimentos	13.124.218,65	13.037.061,71	Capital Social Integralizado	83.000.000,00	73.000.000,00				
IMOBILIZADO	8 6.680.100,18	6.378.771,34	ADIANTAMENTO P/FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	2.634.239,01	1.163.650,77				
INTANGÍVEL	58.668,03	147.116,21	RESERVA DE LUCROS	27.341.607,52	17.187.023,32				
Sistemas	697.607,57	1.047.500,12	Reserva Legal	1.321.612,08	536.701,61				
Outros	3.592,75	50.975,19	Reserva de Retenção de Lucros	26.019.995,44	16.650.321,71				
Amortizações Acumuladas	(642.532,29)	(951.359,10)	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	161.825.533,02	125.005.445,46				
TOTAL DO ATIVO	161.825.533,02	125.005.445,46							

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Discriminação	Capital Social		Reserva Legal		Reserva Retenção de Lucros		Lucros Acumulados		Patrimônio Líquido	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo em 31/12/2022	67.000.000,00	67.000.000,00	-	-	11.883.335,61	11.883.335,61	13.734.032,12	13.734.032,12	80.616.641,97	80.616.641,97
Lucro Líquido do Exercício	6.000.000,00	-	(32.953,98)	536.701,61	4.766.986,10	-	(13.734.032,12)	(13.734.032,12)	(3.000.000,00)	(3.000.000,00)
Destinações Propostas à AG	-	-	-	-	-	-	(536.701,61)	(536.701,61)	(536.701,61)	(536.701,61)
Reserva Legal	-	-	-	-	-	-	(2.549.332,63)	(2.549.332,63)	(2.549.332,63)	(2.549.332,63)
Juros Remuneratórios do Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	(450.667,37)	(450.667,37)	(450.667,37)	(450.667,37)
(Dividendo/JCP por Ação Destinado no Exercício)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital	6.000.000,00	-	(569.655,59)	(5.430.344,41)	-	-	-	-	39,76	-
Adiantamento p/Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	10.197.330,51	(10.197.330,51)	-	-	-	-
Transfêrencia entre Contas	-	-	-	-	16.650.321,71	(16.650.321,71)	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2023	73.000.000,00	73.000.000,00	1.163.650,77	536.701,61	16.650.321,71	16.650.321,71	26.432.241,57	26.432.241,57	91.350.674,09	91.350.674,09
Lucro Líquido do Exercício	10.000.000,00	-	1.470.588,24	784.910,47	9.369.673,73	(9.369.673,73)	(26.432.241,57)	(26.432.241,57)	(4.807.069,13)	(4.807.069,13)
Destinações Propostas à AG	-	-	-	-	-	-	(1.321.612,08)	(1.321.612,08)	(1.321.612,08)	(1.321.612,08)
Reserva Legal	-	-	-	-	-	-	(1.777.657,37)	(1.777.657,37)	(1.777.657,37)	(1.777.657,37)
Juros Remuneratórios do Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	(4.500.000,00)	(4.500.000,00)	(4.500.000,00)	(4.500.000,00)
(Dividendo/JCP por Ação Destinado no Exercício)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital Social	10.000.000,00	-	(536.701,61)	(9.463.298,39)	-	-	-	-	83,20	-
Reversão de Dividendos Propostos	-	-	1.470.588,24	-	18.832.972,12	(18.832.972,12)	-	-	1.470.588,24	-
Transfêrencia entre Contas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2024	83.000.000,00	83.000.000,00	2.634.239,01	1.321.612,08	26.019.995,44	26.019.995,44	-	-	112.975.846,53	112.975.846,53

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (Valores expressos em reais)

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS:
A STE – Serviços Técnicos de Engenharia S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede em Canoas – RS, e tem como objeto social a execução de projetos, prestação de serviços de consultoria, planejamento, assessoria técnica, administração e atividades correlatas ao ramo de engenharia técnica, podendo, a juízo da Diretoria, participar de outras Empresas.
Os principais clientes são Órgãos Públicos Federais, Estaduais e Municipais, bem como Autarquias e Fundações Federais, Estaduais e Municipais.

NOTA 2 – BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:
As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com a Resolução CFC nº 1.255, de 10/12/2009, que aprovou a NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas – PMEs, e com base nas disposições contidas na Lei nº 6.404 de 15/12/1976, alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, e pela Lei nº 11.941/09, bem como pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:
Destacamos os seguintes procedimentos adotados:
3.1 – Ativos Financeiros
a) Caixa e Equivalentes de Caixa
Incluem os saldos em caixa, bem como saldos em contas correntes bancárias, e ainda, saldos em aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata, demonstrados pelo custo de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do Balanço.
b) Contas a Receber de Clientes
Estão apresentados a valores de realização, com vencimentos de até 90 dias. Não foi constituída provisão para riscos de créditos, considerando não ter histórico de perdas significativas.
c) Créditos Com Consorciadas
Representam antecipações por conta de Contratos de Consórcios em andamento, sem encargo financeiro, cuja liquidação ocorrerá ao final dos respectivos contratos.
d) Outros Recebíveis e Realizáveis
Os demais ativos financeiros estão apresentados a valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias incorridas.
e) Redução do Valor Recuperável de Ativos
Os valores identificados de ativos não recuperáveis foram baixados para conta de resultado do exercício.
f) Impostos a Recuperar
Representam saldos excedentes de retenções sofridas sobre recebimentos de clientes e tributos resultantes de aplicações financeiras, a serem compensados com rendimentos federais vindouros. Alternativamente, poderão ser objeto de pedidos de restituição.
3.2 – Investimentos
Os investimentos existentes em 31 de dezembro de 1995 estão demonstrados ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até essa data, e representam o montante de R\$ 178.617,83. Os demais, representados por participações em empresas, no valor de R\$ 41.436.941,11, e por terrenos e benfeitorias em imóveis próprios, no valor de R\$ 13.064.055,08, perfazendo o total de R\$ 54.681.614,02, estão demonstrados ao custo de aquisição.

NOTA 4 – IMOBILIZADO
8.1 – Composição dos Saldos das Contas
Custo de Aquisição
Depreciação Acumulada
Saldo em 2024
Saldo em 2023

NOTA 5 – CLIENTES
Custo de Aquisição
Depreciação Acumulada
Saldo em 2024
Saldo em 2023

NOTA 6 – IMPOSTOS A RECUPERAR
Custo de Aquisição
Depreciação Acumulada
Saldo em 2024
Saldo em 2023

NOTA 7 – OUTROS ATIVOS CIRCULANTES
Custo de Aquisição
Depreciação Acumulada
Saldo em 2024
Saldo em 2023

NOTA 8 – IMOBILIZADO
Custo de Aquisição
Depreciação Acumulada
Saldo em 2024
Saldo em 2023

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Discriminação	01/01/2024		01/01/2023	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	26.432.241,57	13.734.032,12		
Lucro Líquido	26.432.241,57	13.734.032,12		
Ajustes Para Reconciliar o Lucro Líquido ao Fluxo de Caixa				
Das atividades operacionais:				
Depreciações e Amortizações	556.532,87	612.841,19		
Custo das Baixas de Imobilizado e Intangível	(206.896,09)	(143.384,28)		
IRF sobre JCP	(675.000,00)	(450.000,00)		
Lucro Líquido Ajustado	26.520.670,53	14.040.257,59		
Redução (aumento) na variação de ativos:				
Contas a Receber de Clientes	(4.406.344,46)	(3.369.632,16)		
Créditos com Consorciadas	(340.951,97)	480.501,16		
Impostos a Recuperar	1.530.400,06	1.428.669,21		
Outras Contas a Receber	2.991.411,74	2.768.463,30		
Redução (aumento) na variação de passivos:				
Fornecedores	(119.903,01)	494.442,98		
Impostos e Contribuições a Pagar	2.444.682,21	1.185.411,74		
Férias a Pagar	(509.752,93)	626.639,31		
Outras Contas a Pagar	(935.165,39)	210.243,35		
Caixa Líquido Gerado Pelas Atividades Operacionais	27.175.046,78	17.864.996,48		
Aquisição de Investimentos	(4.185.656,93)	(6.846.096,00)		
Aquisição de Ativo Imobilizado	(976.309,62)	(560.678,56)		
Aplicação de Recursos no Intangível	(1.687,71)	(308,07)		
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento	(5.163.654,26)	(7.407.082,63)		
Contratos de Mútuos	15.019,96	(6.581.522,96)		
Realizável a Longo Prazo	237.403,15	(55.681,01)		
Recebimento/Pagamento de Empréstimos	13.003.330,01	(2.889.442,29)		
Diminuição de Fornecedores de Longo Prazo	-	(44.425,00)		
Impostos Parcelados de Longo Prazo	(1.349.892,43)	(1.480.457,87)		
Juros Sobre o Capital Próprio	(1.486.150,56)	(1.359.002,83)		
Caixa Líquido Gerado Pelas Atividades de Financiamentos	10.419.710,13	(12.410.531,96)		
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	32.431.102,65	(1.952.618,11)		
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	(20.918.368,90)	(22.870.987,01)		
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Exercício	53.349.471,55	20.918.368,90		
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	32.431.102,65	(1.952.618,11)		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTA 9 – EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Discriminação	2024	2023
a) Passivo Circulante		
Contratado Mercado Interno	3.066.622,86	2.209.187,00
b) Passivo Não Circulante		
Contratado Mercado Interno	14.193.092,28	2.047.198,13

NOTA 10 – IMPOSTOS A PAGAR

Discriminação	2024	2023
IRRFFonte	1.924.888,39	1.584.971,32
ISSQN	519.594,71	419.363,12
COFINS	2.943.922,67	2.772.233,10
PIS	644.958,74	561.850,03
CSRF	65.244,65	66.169,01
Totais	6.098.609,16	5.404.586,58

NOTA 11 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

Discriminação	2024	2023
Previdência Social	1.345.868,04	1.462.235,55
FGTS	1.141.592,74	461.865,48
Contribuição Sindical	1.878,21	9.519,23
Retenção para Seguridade Social	6.337,91	4.401,31
Totais	2.495.676,90	1.938.021,57

NOTA 12 – APURAÇÃO DA RECEITA LÍQUIDA

Discriminação	2024	2023
Receita Bruta de Serviços	217.896.545,30	173.665.434,53
Impostos Incidentes sobre a Receita Bruta	(26.156.606,84)	(21.528.379,92)
Cancelamentos de Notas Fiscais	-	(272.499,